

## O IDEÁRIO NEOLIBERAL E SUAS “RECEITAS”: BASE PARA UM ESTUDO DA (DES)REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Rodrigo Diniz Cury\*

### 1 Introdução

Entre as décadas de 1970 e 1990, a América Latina sentiu a influência da chamada ideologia neoliberal em diferentes instituições sociais (VALDOVINOS, 2008). Entre as conseqüências de tal influência, Barbagelata (2009) aponta medidas de desregulamentação do mercado de trabalho e de políticas de seguridade social, ambiente que fortalece a idéia de flexibilização do Direito do Trabalho.

Na Argentina, por exemplo, a influência neoliberal é apontada como determinante nas reformas econômico-sociais promovidas especialmente nos anos 1990, quando foram implementadas medidas de privatização dos sistemas de previdência social e de securitização de acidentes de trabalho, além do *alejamiento* da legislação laboral (VALDOVINOS, 2008).

A crise financeira “mundial” acontecida entre 2008 e 2009 ressuscitou algumas propostas neoliberais relacionadas à flexibilização e/ou desregulamentação das relações de emprego, especialmente nos países europeus (SUPIOT, 2010). A reforma na legislação trabalhista acontecida em 2010 na Espanha (Real Decreto-Lei nº. 10/2010) é um exemplo que a tal crise repercutiu no mercado de trabalho. Nesse sentido, Alain Supiot destaca um relatório da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), de 2010, em que se propugna a flexibilização das normas trabalhistas como medida a ser implementada contra os efeitos da crise.

Diante desse cenário, mostra-se interessante estudar as principais idéias neoliberais, de forma a buscar compreender porque elas alcançaram tamanha influência entre as décadas de 1970 e 1990, bem como para se entender as razões que levam o ideário neoliberal a ser apontado como “solução” pelo (e para) o “mercado” nos chamados momentos de crise.

---

\* Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e doutorando em Direito pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Advogado e professor do Curso de Direito do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC).

## 2 Antecedentes históricos do neoliberalismo

O estudo dos antecedentes históricos do neoliberalismo se faz necessário tanto porque a doutrina neoliberal resgata princípios do liberalismo clássico, como por ter seu surgimento confrontado com a teoria econômica keynesiana que representa outra tendência ideológica.

Quando da formação dos Estados Nacionais na Europa, após o declínio do regime feudal, surge a teoria mercantilista como força política predominante, no bojo das profundas mudanças sociais, econômicas e políticas experimentadas naquele período.

O mercantilismo se caracterizou pela preocupação com o acúmulo de ouro e prata, já que seus teóricos entendiam ser essa prática a única forma de se expressar a riqueza de uma nação. Os países controlavam o aumento das reservas em metais preciosos mediante a aplicação de um forte protecionismo alfandegário, priorizando as exportações efetuadas através da atividade comercial.

O Estado Nacional então recém organizado controlava toda a atividade econômica, principalmente através da gestão dos monopólios comerciais. O discurso intervencionista estatal se sustentava pela defesa dos interesses sociais (comum a todos) frente ao individualismo, pois, nessa perspectiva, primeiro se dizia buscar o bem da nação.

Por outro lado, a Fisiocracia surge na França do século XVIII, polemizando com os mercantilistas sobre qual deveria ser a prioridade econômica da nação. Os fisiocratas defendiam que a riqueza do Estado não está na acumulação de metais preciosos, mas concentra-se sim na produção agrícola.

Fisiocracia quer dizer "reino da natureza". Segundo os fisiocratas a produção agrícola devia ser priorizada porque essa é a atividade criadora de riqueza por excelência. Na manufatura, dentro da argumentação destes teóricos, o que acontece é a transformação de uns objetos em outros, não fornecendo meios para o aumento da riqueza dos países. Por isso, segundo os fisiocratas, só a agricultura é tida como atividade produtiva, sendo as demais atividades classificadas como "estéreis".

Os pensadores fisiocratas também argumentavam que a sociedade é governada por leis naturais, assim como as que reinam na natureza. Nesse sentido, para que a sociedade funcione bem seria necessário que os homens não se opusessem a essa ordem natural mediante

intervenções externas. Baseados nessas afirmações, os fisiocratas criticavam o intervencionismo estatal praticado pelo mercantilismo, inspirando posteriormente os liberais clássicos.

O liberalismo clássico também surge no século XVIII como uma escola de pensamento sócio-político-econômico voltado contra o intervencionismo estatal praticado na sociedade de então. Esse movimento teve como principal obra teórica, no campo econômico, o livro *A Riqueza das Nações*, lançado em 1776 por Adam Smith. A teoria liberal foi incentivada pela classe burguesa ascendente que, apesar de controlar de fato a economia nacional, estava à mercê dos monopólios reais, além de até então não possuírem poder político consistente.

A primeira justificativa elencada pelos liberais para a adoção de sua teoria baseava-se na idéia de “estado de natureza” do homem, conceito idealista formulado por filósofos como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. O homem em “estado natural” é aquele que vive em liberdade absoluta, alheio aos limites próprios da convivência em sociedade. Para Locke, por exemplo, nessa condição pré-social o homem já possui três “direitos naturais”: direito à vida, à liberdade e à propriedade. Ainda de acordo com essa filosofia, o surgimento da sociedade, e posteriormente do Estado, é possibilitada pela reunião dos homens em torno de um “contrato social”, onde o Estado (sociedade) figura como parte responsável por assegurar aos homens condições favoráveis para o respeito e exercício de seus “direitos naturais”, que adquirem o *status* de inalienáveis.

Na prática, o liberalismo rejeita a tese mercantilista, na qual o Estado deve exercer forte intervenção social, inclusive controlando fortemente toda a economia. Para os liberais, a intervenção estatal deve acabar, ou, pelo menos, ser reduzida ao mínimo, em nome da liberdade do mercado.

Para os liberais, o mercado assegura o equilíbrio econômico por meio de sua “mão invisível”. Essa forma livre de controle é conseguida pela livre-concorrência, que possibilita o bom funcionamento das atividades produtivas. Se há a ocorrência de crises nesse sistema, essas são corrigidas pelo movimento da lei de oferta e procura.

O Estado liberal não impõe limites à gestão das forças econômicas, respeita o mercado e a livre-concorrência, abole monopólios privados e estatais, e ainda, por outro lado, oferece condições materiais que permitem aos burgueses obterem maiores oportunidades, quando, é claro, a classe burguesa não for capaz de por si só alcançar seus objetivos.

O liberalismo resgatou o lema *laissez-faire, laissez-passer* criado pelos fisiocratas. Todavia, promoveu a abolição da idéia de que o interesse social deve ser priorizado, passando a valorizar o individualismo sobre todos os aspectos sociais. As desigualdades sociais agravadas nesse sistema não constituem problema, mas sim um princípio básico da teoria liberal, pois, de acordo com pensadores liberais, somente a desigualdade teria a *virtude* de incentivar a ânsia pelo trabalho nos indivíduos, que assim passariam a buscar os meios que possibilitam a melhoria das condições de vida.

Ao lado da teoria econômica, os liberais também defendiam práticas políticas próprias e conservadoras, formuladas por pensadores como John Locke. Os liberais argumentavam que o absolutismo monárquico baseado no poder divino deveria dar lugar a uma monarquia constitucional e parlamentarista, possibilitando assim a "participação popular" na gestão do Estado. Em verdade, a burguesia utilizava o discurso liberal, "em nome do povo", para conseguir poder político próprio, pois quando tal meta foi atingida, logo também foram adotadas medidas para restringir o exercício do poder político pela população em geral. Um exemplo foi a adoção do voto censitário na Inglaterra, onde apenas aqueles com rendimentos mínimos fixados em lei poderiam votar. Agindo dessa forma, a classe burguesa visava proteger seus poderes políticos e econômicos.

Sob os auspícios do domínio liberal nos Estados europeus, o sistema capitalista se consolidou e desenvolveu. Esse desenvolvimento não se reflete somente em números econômicos, mas também no aprofundamento do individualismo e no aumento das desigualdades sociais entre classes. Em meio a esse ambiente, surgem ideais e princípios contrários a essa realidade, baseados principalmente nos ensinamentos e escritos de Karl Marx e Frederich Engels, fundadores da escola marxista.

Enquanto o liberalismo constitui-se na fundamentação e justificação do capitalismo, o marxismo é, ao contrário, uma profunda crítica a esse sistema. Karl Marx buscou demonstrar que o capitalismo é um sistema baseado na exploração dos trabalhadores. Isso porque, retomando as ideias de liberais como Adam Smith e David Ricardo, Marx ensina que o valor das mercadorias é determinado pelo custo da quantidade de trabalho necessário para produzi-las. Porém, o salário pago ao trabalhador representa uma parte pequena do seu trabalho, restando a maior parte para o burguês capitalista.

Ainda segundo o marxismo, a Revolução Industrial, que introduz em massa a maquinaria na produção, agravou a deplorável condição social do operariado, frente à maior ansia por lucros demonstrada pelos capitalistas. Os trabalhadores eram submetidos à jornadas diárias de trabalho superiores a 16 horas e foi introduzida a mão-de-obra feminina e infantil, com menor remuneração. A escola marxista procurou revelar o capitalismo como sistema caracterizado pelas contradições de classes sociais, pela exploração do proletariado executada pelos capitalistas, desejosos de acumular mais capital.

Por fim, Marx argumentava que o sistema capitalista contém forças auto-destrutivas que levariam ao seu próprio fim. Uma dessas forças estaria na falta de planificação no plano geral da economia, onde cada capitalista produz quanto quer e como quer, sem ter em conta as necessidades reais da sociedade. Nisso reside, segundo Marx, um dos motivos das crises que assolavam periodicamente o sistema capitalista, crises essas que a lei da oferta e da demanda não seriam capazes de controlar.

Essas fortes e fundamentadas críticas ao capitalismo formuladas pela escola marxista provocaram o interesse da burguesia em contradizê-las, com vistas a não fomentar um confronto mais direto entre os interesses das classes sociais. Assim, surge a escola neoclássica, com teorias de amparo para o sistema econômico em vigor, que foi denominada dessa forma por reafirmar as ideias dos liberais clássicos, com algumas interpretações distintas.

Os pensadores neoclássicos ensinam que o capitalismo é desenvolvido mediante um contínuo conflito entre diversas forças sociais, tais como empresários e trabalhadores, sem concordar, entretanto, que haja exploração de uns pelos outros. Para os neoclássicos, não há luta de classes, muito menos exploração, pois a harmonia social é a característica principal do capitalismo. O que há de fato são conjuntos de agentes econômicos que concorrem no mercado como fatores produtivos, uns com o fator capital, outros com o fator trabalho. Não existe exploração, já que cada fator produtivo é pago proporcionalmente à sua participação no processo de produção.

A teoria neoclássica retomou a ideia da "mão invisível" como meio de auto-controle social, condenando qualquer intervenção estatal. Para os neoclássicos, o Estado pode levar o mercado a tomar caminhos equivocados, ocorrendo aquilo que eles denominaram de "distorção de alguns fatores produtivos", com a valorização de alguns a mais ou a menos do que seria o realmente justo.

Então, para o bom funcionamento da economia, os neoclássicos defendiam que os agentes privados atuassem como controladores do sistema econômico. Para os neoclássicos, são movimentos de oferta e de procura que propiciam a concorrência perfeita, em um meio onde uma infinidade de produtores e consumidores atuam maximizando cada um seus interesses, fazendo com que um sozinho não seja capaz de impor condições aos demais. Conforme os neoclássicos, isso asseguraria um capitalismo justo e equilibrado.

Em 1929, a quebra da Bolsa de Valores de Nova York desencadeia uma profunda crise no sistema capitalista mundial. Essa crise, vinculada à falta de regulamentação e controle dos mercados pelos Estados, desacredita as idéias liberais e neoclássicas acerca da “mão invisível” que estes afirmavam existir e assegurar a estabilidade econômica dos países, dispensando e condenando qualquer tipo de interferência ou planificação. Tal acontecimento também vem de encontro às idéias marxistas, especialmente aquela que afirma ser a desregulamentação total do mercado uma forma de levar o capitalismo ao colapso generalizado, provavelmente acarretando o próprio fim desse sistema.

Para combater a realidade sócio-econômica desse período, caracterizada pela quebra generalizada de empresas privadas, desemprego, miséria e a ameaça de colapsos sociais graves, economistas como o inglês John Maynard Keynes passaram a defender a retomada da intervenção do Estado e a adoção de políticas econômicas planejadas. A reestruturação econômica mundial influenciada por Keynes promove especialmente nos países ocidentais um processo de revitalização econômica, mediante estatização de empresas falidas e aumento dos gastos públicos, de forma a combater o desemprego e a miséria. Além disso, são implantados fortes programas de assistência social e de redistribuição de rendas, implementando o que ficou conhecido como *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social.

Keynes não questionava o sistema capitalista, apenas apontava outros caminhos para essa nova etapa de seu desenvolvimento. Ele argumentava que o setor privado não é capaz, por si só, de garantir a estabilidade da economia, pois não está apto para evitar crises como a 1929. Somente a intervenção estatal e a planificação da economia seriam capazes de garantir o equilíbrio socioeconômico.

Porém, no princípio dos anos 1970, o capitalismo mundial sofreu com um novo ciclo de crises, agravadas pela queda de produtividade e pelas bruscas elevações dos preços de petróleo, ocorridas em 1973 e 1979. Diante desse novo cenário crítico, entra em colapso também a teoria

keynesiana, pois a ineficiência do Estado em gerir a economia é apontada como uma das causas da decadência econômica e social desse período.

### **3 0 neoliberalismo**

Com a crise do sistema capitalista ocidental, orientado pela teoria keynesiana, nos anos 1970, ganham destaque as idéias de um grupo de economistas europeus e americanos que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, já se organizavam contra as ideias de Keynes. Essa nova escola de pensamento foi classificada de neoliberalismo.

Após 1945, a recuperação econômica do pós-guerra na Europa Ocidental, e com o fabuloso crescimento de algumas economias até então subdesenvolvidas, nos anos 1950 e 1960 desencorajavam qualquer iniciativa contra o keynesianismo. Somente com a crise do capitalismo ocidental da década de 1970 é que o neoliberalismo ganha força como escola de pensamento.

Inspirados por Friedrich Hayek e seu livro *O Caminho da Servidão*, vários economistas reuniram-se na estação Mont Pelerin, em 1947, na Suíça. Além de Hayek, pensadores como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Michael Polanyi, entre outros, ali fundam a Sociedade Mont Pelerin, que passou a se reunir a cada dois anos para combater as políticas de intervenção estatal e o *Welfare State* (ANDERSON, 1995).

A crise do sistema capitalista da década de 1970 foi sentida com força nas economias ocidentais, com descenso na produção industrial, aumento da inflação e na consecutiva diminuição dos níveis de lucro do empresariado desses países.

O estado keynesiano tem seus alicerces abalados, principalmente pelas crises do petróleo de 1973 e 1979. Como a dependência desse produto é imensa até hoje, a repentina quadruplicação do preço do barril do dia para a noite praticamente quebrou as finanças de muitos países, isso porque houve reflexos diretos na balança comercial, o que afetou a balança de pagamentos. Assim, em escala mundial houve aumento de juros, da emissão de moeda e do déficit orçamentário, com reflexos se manifestando no aumento da inflação e na recessão econômica.

Além disso, o início de um processo hoje amplamente discutido, a globalização, também afetou diretamente muitas economias ocidentais. A entrada no mercado internacional dos chamados “Tigres Asiáticos” e do Japão abalou fortemente o comércio interno e externo das

economias ocidentais, na medida em que os produtos asiáticos ofereciam condições muito mais favoráveis.

Nesse cenário, frente a uma economia debilitada e a um processo produtivo comprometido, as bases empresariais desses países ocidentais, especialmente os mais desenvolvidos, começaram a exigir reformas que possibilitassem a retomada do crescimento e do equilíbrio econômico e, conseqüentemente, dos bons níveis de lucro, ausentes nesse período. Surge então uma real oportunidade para a emergência do neoliberalismo.

Mas, o que é realmente o neoliberalismo? Especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, uma ampla discussão acadêmica produziu vários estudos a respeito desse tema, dando um caráter multifacetado à chamada escola neoliberal. A questão principal se concentrou em se saber de o neoliberalismo se caracterizava como uma doutrina própria, ou simplesmente fazia uma releitura dos princípios do liberalismo clássico.

Em apoio a essa segunda corrente, Sonia Draibe (1993) desenvolve uma argumentação bem fundamentada no sentido de desclassificar o neoliberalismo como doutrina. O problema está, segundo ela, na falta de um corpo teórico neoliberal específico, pois sua “teorização” geralmente retoma bases do pensamento liberal. O neoliberalismo, para Draibe, é, sobretudo, um discurso, um conjunto de práticas com pouca ou nenhuma exposição sistemática, compreendendo ações de reforma do Estado e de não intervenção estatal no mercado. Citando Theret, classifica-o como “(...) sistema de receitas práticas para a gestão pública”. Draibe também parafraseia Schneider para conceituar o neoliberalismo como uma espécie de “cultura da solução de problemas”, ou ainda:

Em lugar de ideologia, os neoliberais têm conceitos. Gastar e ruim. É bom ter prioridades. É ruim exigir programas. Precisamos de parcerias, não de governo forte. Falem de necessidades nacionais, não de demandas de interesses especiais. Exijam crescimento, não distribuição. Acima de tudo, tratem do futuro. Repudiem o passado. Ao cabo de pouco tempo essas ideias neoliberais começam a soar como combinação aleatória de palavras mágicas (DRAIBE, 1993).

Porém, na ampla maioria dos autores estudados, o neoliberalismo é reconhecido como teoria autônoma e não como somente uma vertente da doutrina liberal clássica. Norberto Bobbio (1994), estudando o liberalismo e o neoliberalismo, reconhece nesse último uma doutrina ordenada, ainda que somente no campo econômico. Perry Anderson também entende o neoliberalismo como teoria autônoma, pois na introdução de seu texto *Balanço do*



*Neoliberalismo* já escreve: "Começamos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado" (1995, p. 09). Pierre Salama (1995) também reconhece a identidade particular da doutrina neoliberal, apesar de não precisar com exatidão seu conceito, pois conclui que essa teoria tomou-se "uma categoria muito difusa" em razão das formas nas quais está aplicada em diferentes realidades mundiais.

Manfredo Araújo de Oliveira (1994) fundamenta melhor essa opinião acerca da classificação do neoliberalismo como doutrina própria ao enfatizar o "procedimento metodológico" da formatação dessa teoria:

O neoliberalismo parte do mercado como a realidade empírica central e elabora a partir dele sua postura teórica fundamental. Isto significa dizer que lhe constrói suas categorias teóricas básicas a partir de uma 'projeção ao infinito' desta realidade empírica de base, que é o mercado (p. 11-12).

Rene Villarreal (s/d) não questiona em momento algum a existência de características teóricas próprias no pensamento neoliberal, talvez por centrar seu trabalho no estudo da complexa doutrina monetarista de Milton Friedman, um dos teóricos fundamentais do neoliberalismo. Ness sentido Villarreal escreve:

Nos últimos 25 anos, Milton Friedman tem sido o principal responsável (juntamente com outros membros da Escola de Chicago), pela reabilitação da teoria quantitativa clássica, formulando a teoria quantitativa moderna da moeda, que constitui a pedra angular da argumentação da teoria e política macroeconômica deste enfoque (...) (p. 93-94).

E ainda cita Milton Friedman tratando dessa questão: "Todo estudo empírico baseia-se num marco teórico, em um conjunto de hipóteses de caráter provisório que a demonstração deverá provar ou esclarecer (...)" (p. 93-94).

O entendimento de que o neoliberalismo possui uma teoria própria também fica evidenciado no estudo de Goran Therborn (1995) a esse respeito. Para esse autor:

Minha primeira tese é, aliás, muito simples: o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno. Da minha perspectiva, essa superestrutura de ideologia e de prática política está, em sua forma mais doutrinária, em declínio. Isto parece ser assim, mesmo quando o discurso e a prática neoliberais continuam sendo importantes no presente e, provavelmente, também o sejam no futuro. Esta doutrina exótica que é o neoliberalismo econômico entrou na prática política através dos despachos dos ministros da Economia.

É nesse sentido que, se queremos eludir um dos riscos mais temíveis do neoliberalismo, devemos evitar eleger ministros da Economia como dirigentes máximos de nossos países. Formulo esta observação na minha condição de sociólogo sueco e não como um simples comentário político (...) (p. 39-40).

Therborn acrescenta sobre as razões que o levam a considerar o neoliberalismo como teoria, ainda que se posicionando de maneira crítica:

(...) um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por outros processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados de competição (...) (apud SADER, 1995, p.182).

Outra questão fundamental para o desenvolvimento desse estudo é identificar os compromissos ideológicos da doutrina neoliberal. Em princípio, definir ideologia é tarefa complexa em ciências sociais, então se faz necessário esclarecer qual é a definição aqui adotada. Das leituras realizadas, a abordagem que mais se adequa aos objetivos desse estudo e ainda fornece um conceito instrumental analítico é a de Karl Mannheim em *Ideologia e Utopia*, sintetizado por Michael Lowy (1988) dessa maneira: "(...) ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida" (p. 13). Assim, entende-se que a teoria neoliberal tem forma e ação ideológica, pois surge dentro do sistema capitalista para reafirmar, reproduzir e diversificar o capitalismo, beneficiando aqueles que são privilegiados dentro dessa formação social.

Ao se classificar o neoliberalismo como ideologia, também se pode retomar o conceito formulado por Karl Marx para tudo aquilo que é ideológico. Lowy (1988) resume essa concepção marxista sobre ideologia como sendo um conjunto de idéias que invertem a realidade, causam ilusão, a falsa consciência. Segundo ainda Michael Lowy:

Para Marx, claramente, ideologia é um conjunto pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere a consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade (p. 12).

Então, o neoliberalismo é ideológico tanto na ótica marxista como na de Mannheim, pois, pressupõe a supremacia do mercado, do econômico, sobre todos os demais interesses da sociedade, a partir de uma teoria que justifica tal interesse.

A ideologia neoliberal surge para continuar consolidando o capitalismo e a liberdade de ação dos agentes econômicos. Pode-se notar essa tendência na medida em que o neoliberalismo condena o *Welfare State* como sendo o grande culpado pelas dificuldades econômicas vivenciadas pelos países adotantes dessa política social, tanto outrora como também atualmente. Rene Villarreal (s/d) cita o *Manifesto Monetarista* de Friedman e seus seguidores como uma das teorias que fundamentam tal ação ideológica. O desmantelamento do *Welfare State* é assim defendido naquele manifesto:

O princípio ético que justificava diretamente a distribuição da renda numa sociedade livre de mercado é o seguinte: a cada um, segundo o que produz ele e os instrumentos que possui (...) Havendo concorrência entre patrões e empregados, não parece haver razão para que os patrões não possam oferecer livremente aos empregados as condições que lhe parecem melhores (...) A distribuição da renda é ainda um dos campos em que o Estado causou mais dano com algumas de suas medidas do que pode compensar com outras (...) O imposto sobre a renda com escala tão progressiva constitui um sério impedimento ao uso eficiente de nossos recursos (...) Na realidade, se as leis de salário mínimo têm algum efeito, este será o de aumentar a pobreza (...) O programa de previdência social (seguro-velhice e pensões) implica uma invasão em grande escala na vida pessoal de grande parte do país, sem que haja nenhuma justificação convincente para ele, ao menos que eu possa perceber, não só de acordo com os princípios liberais, mas de acordo com qualquer outro (...) A capacidade destes (sindicatos) de aumentar os salários de alguns trabalhadores não significa que a sindicalização geral pudesse elevar os salários de todos eles. Muito ao contrário - e esta é uma fonte muito importante de equívocos - os benefícios que os sindicatos poderosos obtêm para seus membros são conseguidos principalmente a expensas de outros trabalhadores. Os dirigentes sindicais falam sempre em conseguir salários mais altos a expensas dos lucros. Isto é impossível: estes simplesmente não são grandes o suficiente. A sindicalização geral (...) poderia significar salários mais altos para as pessoas que obtêm emprego, juntamente com um maior índice de desemprego (...) A liberdade política chegou com o mercado livre e o desenvolvimento das instituições capitalistas (...) O primeiro (princípio geral) é que a esfera do Estado tem que ser limitada. Sua função principal deve ser a de proteger nossa liberdade (...) fazer cumprir os contratos privados, fomentar os mercados competitivos (p. 480- 485).

Assim, o neoliberalismo age com força ideológica ao preservar a ordem capitalista, consolidando-a, desenvolvendo-a. Justifica a exploração quando prioriza os interesses empresariais e econômicos sobre as demandas sociais, colocando essas últimas ainda como causadoras das crises capitalistas. Na verdade, o mercado procura liberdade de ação e nenhuma responsabilidade em financiar programas de assistência social. Para os neoliberais, os

empresários devem pagar menos impostos, negociar livremente os salários e não terem sindicatos pressionando-os em busca de melhores condições de trabalho. Para tanto defendem as "taxas naturais" de desemprego, pois, segundo os neoliberais, tais taxas servem ao "equilíbrio" do mercado. Para o neoliberalismo, o *Welfare State* é como um câncer para a sociedade, pois impede que o Estado gaste menos e deixe de impor regulamentos e obrigações para as atividades empresariais.

Esta doutrina neoliberal proporciona então a base teórica utilizada pelas classes empresariais e pela direita política no sentido de reverter o quadro econômico desfavorável nos países ocidentais, tanto desenvolvidos como subdesenvolvidos.

O receituário de medidas defendido pelos neoliberais consiste, em linhas gerais, na diminuição da influência do Estado na gestão dos mercados e no fortalecimento das ações estatais no tocante ao controle de suas bases financeiras, no programa de privatizações de empresas públicas, na diminuição dos gastos públicos, em rígido programa de controle fiscal-orçamentário, no desmantelamento do *Welfare State*, no enfraquecimento dos sindicatos e na diminuição e/ou flexibilização dos direitos trabalhistas.

Como forma de diminuir os gastos do Estado, os neoliberais defendem o fim do *Welfare State* da forma como está concebido, além de colaborar com a iniciativa privada diminuindo direitos trabalhistas, "incentivando o desemprego" e enfraquecendo sindicatos. O neoliberalismo visa assim não onerar as classes empresariais com o financiamento de programas sociais, também esvaziando o poder reivindicatório dos trabalhadores junto aos patrões.

O desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, dentro da teoria neoliberal, pode ser alcançado por meio do corte de gastos com assistência social, devendo o Estado se preocupar apenas com ações de caráter extremamente básicos, tais como o programa de renda mínima. Esse sistema possibilita que o governo assegure uma "renda mínima" a toda população, evitando crises de miséria e caos social. Por outro lado, conforme a visão neoliberalismo, esse rendimento deve ter um valor que não "desestimule o trabalho", e com ele os atendidos pelo programa devem arcar com as necessidades que não mais serão totalmente bancadas por recursos públicos, de acordo com o neoliberalismo.

Sonia Draibe (1993), porém, detecta "desvios" nessa corrente neoliberal, ocasionados pelo desenvolvimento tecnológico e pela globalização, descrevendo assim estas mudanças:

(...) Vale a pena reconstruir todo o argumento. Desde logo, ele se apóia na confirmação da profundidade da onda de inovações técnicas, organizacionais e financeiras que se vem propagando nas economias avançadas. Para além da descrição das transformações produtivas em curso, importante é reforçar o centro da tese sobre as novas exigências para a mão-de-obra: dada a aproximação entre gestão e controle dos fluxos de produção, à base das novas tecnologias, a mão-de-obra deve ser antes de tudo 'educada' e sua educação deve apoiar-se no desenvolvimento da capacidade lógico-abstrata para decodificar instruções, calcular, programar e gerenciar processos. Somente assim será capaz de inovar e assimilar rapidamente as contínuas e rápidas inovações a que está sujeita (p. 93).

Alguns teóricos do neoliberalismo “aceitam” gastos governamentais em outras áreas sociais básicas, como a educação e a saúde, como forma de propiciar um cenário coerente com as necessidades acima descritas. Aquelas áreas que não são priorizadas pelo poder público como alvo dos gastos sociais devem passar ao controle da iniciativa privada através do processo de privatização. Dessa forma, por exemplo, o governo centralizaria recursos no ensino fundamental e privatizaria as universidades, ou ainda financiaria a saúde pública preventiva e entregaria a os serviços de saúde paliativa para a iniciativa privada.

Quanto ao mercado de trabalho, o Estado neoliberal deve prover a desregulamentação, deixando que a “mão invisível” equilibre o sistema. Para a melhor atuação das leis de oferta e procura, e como meio de dinamizar a economia, os teóricos neoliberais defendem o fim do salário mínimo e a possibilidade de empregadores e empregados instuirem livremente as regras da relação empregatícia, sem imposições por meio do direito trabalhista e dos sindicatos. Para eles a melhor forma de relação entre patroes e empregador é a “livre negociação”.

Na adoção dessas medidas, os neoliberais chegam a afirmar que os governos não podem se preocupar com a promoção da igualdade material, pois essa idéia igualdade, segundo esses teóricos, revitalizando um conceito liberal clássico, é uma ameaça a todo o sistema. As desigualdades sociais devem ser mantidas como princípio, pois têm a “virtude” de “despertar” em todos a “vontade de trabalhar”, procurando assim meios de atingirem melhores condições de vida. Sobre os possíveis conflitos que podem ser resultado da confrontação do Estado democrático frente a realidades econômicas que são geradoras de desigualdades, os neoliberais também uma posição bem definida, apontada nesse trecho de Perry Anderson (1995),

(...) a democracia em si mesma - como explicaria incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicaria Hayek, podiam facilmente tomar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse (...) (p. 20).

Preconiza essa escola de pensamento que o Estado neoliberal precisa criar as condições mínimas necessárias para o fortalecimento interno dessa ideologia. Atuando de forma concomitante, os governos devem promover o fim da intervenção estatal no mercado econômico, renunciando ao poder intervencionista e planificador, resgatando a força da “mão invisível” das leis de oferta e procura como meio de controlar e equilibrar o sistema, bem como prover a estabilidade da economia, primeiramente através do controle das taxas de inflação.

A estabilidade econômica do Estado neoliberal é conseguida através de programas monetários e monetaristas baseados nos ensinamentos do norte-americano Milton Friedman. Aplicado de forma conjunta, esses programas consistem em diminuir a quantidade de moeda em circulação no país, adotando medidas como o controle de crédito por meio do manejo de taxas de juros, por exemplo. A liberalização dessas operações acontecerá gradualmente, na medida em que a economia vai se estabilizando e se desenvolvendo.

Para efetivar tal estabilização, o governo também deve gerir melhor suas próprias contas, no sentido de alcançar o equilíbrio fiscal-orçamentário. Para os neoliberais, o déficit público é um dos principais causadores de inflação, e por isso deve ser combatido. Assim, os gastos públicos devem ser diminuídos, delimitando as áreas de sua aplicação como forma de otimizar a aplicação desses recursos. A tentativa de controlar o orçamento público através do aumento de impostos é sumariamente descartada, pois segundo os neoliberais tal atitude inibe o processo produtivo, que deve, ao contrário, ser revigorado com a diminuição da carga tributária.

A teoria neoliberal fomenta então uma tendência que irá fortalecer-se cada vez mais: a financeirização da economia. Como o aumento das taxas de juros é apontada como uma das formas mais eficazes de se controlar o crédito, tal atitude vai propiciar uma reversão de capitais oriundos do sistema produtivo para o sistema financeiro, onde a reprodução pura e simples do dinheiro é realizada de forma mais fácil e rentável. Esse mercado rapidamente toma-se imenso, movimentando fortunas em segundos através do mundo, desenvolvendo e destruindo economias, graças aos avanços tecnológicos alcançados nas últimas décadas.

Na história recente, inclusive no Brasil, o fortalecimento dos mercados financeiros internacionais levou à formação de uma fonte quase inesgotável de recursos à procura de investimentos vantajosos. Como o receituário neoliberal defende a necessidade dos Estados privatizarem suas empresas estatais, os financistas logo encontram nessas empresas públicas

áreas estratégicas para aplicar esses investimentos. Os governos então passam a ser pressionados para iniciarem seus processos de privatização. Os Estados, alegando falta de competitividade, priorização de áreas públicas básicas e incapacidade de investir, privatizam suas empresas, sendo os compradores geralmente investidores ou agências do mercado financeiro internacional, que recuperam logo esses recursos, pois os países utilizam grande parte dos recursos arrecadados no abatimento de suas dívidas junto ao mesmo mercado financeiro.

Como a adoção do neoliberalismo acarreta no desmonte de instituições sociais públicas, é fácil prever a possibilidade de revolta da população ao perceber as consequências inefastas para essas maiorias, principalmente naqueles países mais desenvolvidos. Certamente por isso economistas como Milton Friedman enxergaram no Chile a primeira oportunidade de implantar na prática as bases de sua teoria neoliberal. Essa prioridade deveu-se ao caráter ditatorial do governo liderado pelo general Augusto Pinochet, entre 1973 e 1990, condição essa que permitia a tomada das medidas econômicas neoliberais sem a preocupação com possíveis manifestações populares contrárias (VILLAREAL, s/d).

Talvez o país que tenha adotado fórmulas neoliberais de maneira mais pura tenha sido a Inglaterra, durante a gestão da primeira-ministra conservadora Margaret Thatcher, entre 1979 e 1990. Logo que derrotou os trabalhistas em 1979, a conservadora “Dama de Ferro” submeteu a sociedade inglesa a uma profunda reforma de caráter neoliberal. O governo Thatcher equilibrou a economia, controlou a emissão monetária, diminuiu a tributação sobre altos rendimentos, liberou o mercado financeiro, desmantelou sindicatos e patrocinou um imenso e completo programa de privatizações.

Nos Estados Unidos, na gestão do presidente republicano Ronald Reagan, entre 1981 e 1989, princípios neoliberais também chegaram a ser adotados, porém numa proporção bem diferente da inglesa, pois a economia norte-americana não tinha como característica a forte presença do Estado, bem como o *Welfare State* nunca foi implantado na sociedade norte-americana da mesma forma com que foi estabelecido na Europa. Reagan desregulamentou a economia, diminuiu impostos e combateu sindicatos, como bem prega a cartilha do Partido Republicano. Porém, esse governo americano financiou um bilionário programa militar-armamentista, alegando a estratégia de desestabilizar o regime socialista da ex-URSS. Ronald Reagan conseguiu abalar a “ameaça vermelha” soviética, porém acumulou o maior déficit orçamentário da história dos EUA, resultando na acumulação da maior dívida externa do mundo.

O curioso, entretanto, é que as medidas neoliberais aplicadas nesses e em outros países ocidentais conseguiram alcançar algumas metas, mas também apresentam fracassos frente àquelas metas pretendidas quando da formulação desse ideário neoliberal. O sucesso foi conseguido na medida em que as ações neoliberais conseguiram estabilizar a economia, baixando a inflação, e em retomar os níveis de lucro das empresas nesses países. O fracasso se verifica na tentativa de retomar os índices de crescimento econômico anteriores à década de 1980. É certo que os índices de alguns países melhoraram, mas são ínfimos perto dos apresentados anteriormente à crise do petróleo.

Na América Latina a doutrina neoliberal foi apresentada por meio das práticas sugeridas no chamado *Consenso de Washington*, que nada mais representou do que uma série de medidas impostas aos países latino-americanos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) especialmente durante os anos 1980 e 1990, como forma de “corrigir” suas problemáticas economias. A doutrina deste *consenso* impôs dez metas básicas a serem enquadradas nas realidades latino-americanas: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização das empresas estatais, desregulamentação do mercado, flexibilização da legislação laboral e políticas de respeito à propriedade intelectual (BATISTA, 1994). A cartilha do *Consenso de Washington* é o reflexo da teoria neoliberal aqui já exposta, com algumas particularidades próprias aos países subdesenvolvidos.

No tocante ao mercado de trabalho, o receituário neoliberal foi implementado de forma bastante completa na Argentina, durante o governo do presidente Carlos Menem (1989-1999). Entre outras ações, esse governo argentino alterou a legislação de acidentes de trabalho e de previdência social, repassando a responsabilidade pela gestão desses programas às empresas de seguros privados, além de tarifar toques de indenização nos casos de acidentes do trabalho, impondo ainda restrições para que os acidentados buscassem judicialmente melhores indenizações (VALDOVINOS, 2008).

Tanto na Europa quanto na América Latina, verifica-se a partir dos últimos anos da década de 1990 e durante a primeira década do século XXI, no âmbito político, que a implantação de ações neoliberais trouxe mazelas sociais que provocaram nos cidadãos a vontade de mudança no controle dos Estados. Na Europa, por exemplo, houve a chamada “Onda Rosa”, com partidos de centro-esquerda saindo vitoriosos em eleições como em Portugal (em 1995, com



o Partido Socialista), na Inglaterra (em 1997, com o Partido Trabalhista), na Alemanha (em 1998, com o Partido Social Democrático) e na Espanha (em 2004, com o Partido Socialista Obrero Espanhol). Da mesma forma, na América do Sul, partidos e políticos de centro-esquerda obtiveram vitórias em vários países, inclusive no Chile.

Verificou-se nesses países o apoio a partidos e candidatos ligados a revitalização das questões sociais como um todo, passando pela reintensificação das ações de seguridade social e de distribuição de renda. Contudo, a última crise financeira mundial desencadeada em 2008 tem provocado, especialmente na Europa, a retomada de poder por partidos de direita e até mesmo a adoção de medidas neoliberais por governos de centro-esquerda, como já citado no caso da Espanha.

Para Robert Kurz (1997), o capitalismo tem mostrado uma força cada vez mais agressiva a cada crise que ameaça enfraquecê-lo, como meio de não só de protegê-lo das crises, mas também para mantê-lo como ordem estabelecida, e é assim desde a época do liberalismo clássico.

#### **4 Considerações finais**

Após a crise financeira iniciada em 2008, Supiot (2010) destaca que recrudescer a influência de algumas idéias defendidas pelos neoliberais nas décadas finais do século passado, especialmente contra aquilo que ele classifica como “rigidez do emprego”. São medidas defendidas contra aquilo que se classifica como: dificuldade de contratação, restrições à livre estipulação de jornadas de trabalho, imposições de sanções contra a dispensa arbitrária e adoção de salário mínimo. O autor completa esclarecendo: quando se voltam contra a “rigidez do emprego”, pensadores como os neoliberais na verdade atacam o que para eles é o “custo do trabalho”, mesmo que isso signifique a precarização dos sistemas de proteção do trabalhador.

Assim, aqui reside a importância de retonar o estudo do ideário neoliberal, e também das consequências provocadas pela sua influência em diversas medidas governamentais tomadas na América Latina entre as décadas de 1970 e 1990, inclusive com reformas laborais com resultados desastrosos. Esse trabalho espera haver contribuído com esse objetivo.

## 5. Bibliografia

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo, in: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BARBAGELATA, Héctor-Hugo. **El particularismo del Derecho del Trabajo y los Derechos Humanos Laborales**. Montevideo: FCU, 2009.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**. São Paulo: PEDEX, 1994.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARNEIRO, Ricardo (org.). **Os clássicos da economia 1**. São Paulo: Atica, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Os clássicos da economia 2**. São Paulo: Atica, 1997.
- DRAIBE, Sonia M. As políticas sociais e o neoliberalismo, in: **Revista USP**, n. 17. São Paulo: USP, 1993.
- FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo: Editora UNESP: 1997.
- KURZ, Robert. Gênese do absolutismo de mercado, in: **Folha de São Paulo**, 08 jun. 1997, p. 03.
- LÖWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1988.
- OLIVEIRA, Manfredo Araujo de, *et al.* **Neoliberalismo e o pensamento cristão**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SALAMA, Pierre. Para uma nova compreensão da crise, in: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SUPIOT, Alain. Perspectiva jurídica de la crisis económica de 2008. **Revista Internacional del Trabajo**, vol. 129 (2010), núm. 2.
- THERBORN, Goran. A Crise Futura do Capitalismo, in: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- VALDOVINOS, Oscar *et al.* **Estado actual del sistema de relaciones laborales en la Argentina**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 2008.
- VILLAREAL, René. **A contra-revolução monetarista**. São Paulo: Record, s/d.